muito o que dizer sobre as práticas dos pais e dos professores. Conclui: crianças que vivem no século XX reclamam de seus pais apoio afetivo, amor, compreensão, tudo isto com dose de humor. De seus professores esperam gentileza, disponibilidade, escuta, compreensão, sem esquecer, também, do humor. As crianças possuem outras expectativas, além das qualidades expressivas. Expectativas mais utilitárias que demonstram o seu senso de realidade, como, por exemplo, apoio aos trabalhos escolares por parte dos pais, ou a capacidade de ensinar bem, por parte dos professores. A autora sublinha novamente que pais e professores, diante das exigências da vida, parecem preocupar-se muito com o funcionamento da classe ou com os trabalhos que as crianças devem desenvolver para ter sucesso. Os adultos, mesmo reconhecendo as dimensões afetivas no processo educativo, não cuidam disso todos os dias.

Em anexo, a autora apresenta os tipos de entrevistas realizadas, descrevendo as perguntas sempre diante de situações contextualizadas.

O trabalho realizado por Montandon é de grande interesse. Primeiramente, porque ela dá voz à criança, centro do processo educativo, concebendo-a como participante ativa desse processo, uma vez que a criança interioriza o que está sendo proposto, questionando, criando representações mentais e emocionais a partir do que está vivendo. Dessa forma, fica evidente a necessidade de ela ser mais ouvida e mais compreendida.

Em segundo lugar, porque a obra estimula mudança de concepção com relação à infância. Ao ler os discursos das crianças, podemos perceber a utilização de valiosos argumentos usados para justificar ações e pensamentos. Em face disso, será possível ao adulto rever, se for o caso, percepções enganadoras e incompletas, como diz Montandon. A pesquisa estimula mudança nos procedimentos dos educadores a partir do momento que passem a considerar a criança como ativa no processo educativo. Em vez de uma postura unilateral, o adulto poderá esforçar-se para valorizar os pensamentos e sentimentos da criança, procurando colocar-se no lugar delas e não educar de maneira distante e apática.

Por último, porque o livro nos mostra a importância da dimensão afetiva na educação. As próprias crianças estão apontando para a valorização dessa dimensão. No cotidiano complexo que todos vivem, devido às necessidades sociais e econômicas que são impostas aos pais e professores, as crianças reclamam pelo afeto, pela compreensão e pela disponibilidade das pessoas que as educam. Este é um aspecto que deve ser ponto de reflexão de todos aqueles que educam.

Estes e outros motivos fazem da obra referência importante no campo educacional. A leitura do livro propicia conhecimento mais íntimo do comportamento infantil. Convém repetir, aqui, o reduzido número de trabalhos de educação que consideram o ponto de vista do educando como objeto de reflexão. Cabe a nós, educadores, defensores de uma prática pedagógica dialógica, desenvolvermos estudos sobre o porquê desse distanciamento.

Sandra Maria Cavalcanti Rebel
Mestranda em educação
Universidade Federal Fluminense

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Estudos culturais em educação:* mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

O livro organizado por Marisa Vorraber Costa, aparece como importante contribuição àquelas pessoas interessadas em familiarizar-se com uma perspectiva de estudos um tanto recente no Brasil. A obra – um conjunto de dez textos de autores/as da linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – constitui-se numa bela porta de entrada às análises culturalistas que focalizam diferentes artefatos, práticas e dispositivos culturais em suas conexões com a educação. O livro está divido em três partes principais: Sobre os estudos culturais, Estudos sobre mídia e educação e Estudos sobre literatura, brinquedo, biologia e cinema.

A primeira parte apresenta dois artigos, um da organizadora e outro de Alfredo Veiga-Neto, que se aproximam, na medida em que discutem, o *ethos* dos estudos culturais (sobretudo o texto de Costa) e suas possíveis articulações com o pensamento de Michel Foucault (o caso do texto de Veiga-Neto).

No capítulo inaugural, "Estudos Culturais: para além das fronteiras disciplinares", Marisa Costa apresenta-nos o extenso e polimórfico campo de pesquisa dos estudos culturais como conjunto heterogêneo de saberes, marcadamente não-disciplinar, que assume sua materialidade na forma de uma série de trabalhos de grande amplitude teórica e metodológica a partir dos últimos anos da década de 1950.

Nesta empreitada, Costa guia-nos através dos tempos e espaços das primeiras produções dos estudos culturais que, mesmo antes de sua institucionalização em Birmingham (Inglaterra), no ano de 1964, já compartilhavam de pelo menos uma característica básica em suas análises: o deslocamento operado sobre a concepção corrente de cultura da tradição arnoldiana e levisista. Para os estudos culturais, a cultura é espaço privilegiado de significações, de produção e

contestação de significados impostos pela lógica capitalista, o que lhe confere, dada sua dimensão muito mais política do que estética ou humanista, centralidade em suas teorizações.

A autora analisa a expansão dos estudos culturais nos Estados Unidos e na Austrália, discutindo sua americanização, materializada em "processo conflituoso de embates nos terrenos próprios de inúmeras disciplinas acadêmicas" (p. 27). No que se refere à Austrália, Costa nos ensina que os estudos culturais têm se caracterizado por fazer "uma espécie de mistura rigorosa" (p. 30) sob o ponto de vista teórico, afastando-se das disputas teóricas e doutrinárias que têm caracterizado a emergência deste campo de estudos em outros países.

E conclui reafirmando aquela que seria uma das características mais marcantes dos estudos culturais: sua dispersão teórica e metodológica. Afinal, esses estudos nunca desejaram tornar-se uma disciplina acadêmica e têm sido, sobretudo em seus primeiros anos, "um projeto político de oposição, cuja movimentação ideológica adquiriu vários matizes" (p. 31). Ficam sublinhadas as múltiplas e diferentes influências epistemológicas e metodológicas de um novo campo de estudos caracteristicamente nômade, migrante do ponto de vista disciplinar, cultural e geográfico, subversor das "cartografias consagradas que têm ordenado a produção do pensamento humano" (p. 13).

O segundo capítulo – "Michel Foucault e os Estudos Culturais" – de Alfredo Veiga-Neto propõe uma discussão acerca das possibilidades de aproximação entre os estudos culturais e o pensamento do filósofo francês. O autor sugere a possibilidade do uso concomitante dos estudos e desse autor, considerando que ambas as teorizações têm uma característica comum – a dispersão, a "ausência de um sistema unificador" (p. 40), atributo que favoreceria uma atitude filosófica edificante, marcada por uma "abertura de pensamento" (*idem, ibidem*). Assim, sugere que podemos operar com "porções" de pensamento de ambas as teorizações, no lugar em que nos são úteis, nos servem, sem risco de desorganizar seus dispersos conjuntos de conceitos e relações. Neste sentido, se justificaria uma utilização de Foucault quando se preservam as "questões da contingência, da fabricação do sujeito, da ausência dos *a priori* kantianos, da relação imanente entre poder e saber, do *ethos* crítico" (p. 41), mas se permite uma aplicação dos conceitos "mais livre e principalmente parcial, sem comprometer o restante" (*idem, ibidem*), sem decréscimo de rigor analítico.

Dentro desta lógica, o autor destaca, por exemplo, a possibilidade de aproximações entre Michel Foucault e os estudos culturais no conceito de *poder*, sobretudo se consideradas as produções mais recentes dos estudos culturais, as quais, não identificadas com as formulações de poder da teorização crítica, refutam as metanarrativas iluministas ao não operarem com uma noção teleológica de História.

A segunda parte do livro – "Estudos sobre mídia e educação" – compreende quatro textos cujas analíticas estão orientadas pelo exame da produtividade da mídia. Os três primeiros examinam um mesmo veículo da mídia impressa brasileira: a revista *Nova Escola*, e o quarto texto centra-se na análise de anúncios publicitários.

No texto "Mídia, magistério e política cultural", também de Marisa Vorraber Costa, demonstra como a *Nova Escola* opera na fabricação do magistério como atividade feminina e quais as implicações disso nos processos de subjetivação das professoras. A autora chama especial atenção às estratégias que posicionam professoras e professores em quadros referenciais distintos, articulando uma política de identidade. Assim, as professoras são freqüentemente representadas como seres afetivos, com "natural" predisposição para o mundo privado e sugerindo uma carência inata de racionalidade, em oposição ao professor racional, objetivo, senhor do domínio público e "naturalmente" afeito aos desafios intelectuais.

No artigo "Os sentidos da alfabetização na revista Nova Escola", Norma Marzola centra sua análise no "discurso sobre alfabetização dessa revista como constituidor dos seus significados, bem como constituidor das subjetividades de alfabetizadoras e de alfabetizadores" (p. 94). A autora demonstra como a concepção de alfabetização construtivista foi sendo produzida pela *Nova Escola*, alicerçada na idéia de que se tratava de uma metodologia científica e, como tal, configurando-se como alternativa a todas as outras metodologias. Nesta análise, salienta o movimento de constituição do construtivismo como metodologia hegemônica através do confronto que desqualificaria as outras formas de se alfabetizar: "ao constituir o discurso da alfabetização, o binarismo 'alfabetização construtivista/alfabetização tradicional' permite que a primeira se defina e se afirme em oposição à segunda, num exercício de comparação cujo objetivo é desqualificar o outro termo da relação" (p. 105).

Além disso, Marzola examina a seção Cartas como espaço de produção do/a leitor/a de *Nova Escola*, como espaço de narrativas de identidade profissional. Essa seção, que posteriormente seria chamada de Sala de Professores, funcionaria como peça de estratégia de persuasão para determinada forma de ler a revista, que estaria orientada "para a produção, fixação e reprodução de significados e subjetividades" (p. 108-109).

O espaço escolar em revista, de autoria de Cristiane Famer Rocha, examina como a *Nova Escola* representou o espaço e os móveis escolares durante os dez primeiros anos da publicação. De posse de algumas ferramentas foucaultianas e noções correntes nos estudos culturais, Cristiane discute a revista como dispositivo pedagógico envolvido em processos de produção e legitimação de identidades, como artefato que pratica uma pedagogia cultural.

A autora descreve as mudanças nas representações dos espaços, ocorridas ao longo daqueles dez anos: de espaços fechados e alinhados a espaços "abertos, lúdicos, cheios de fantasia e animação" (p. 138) e (in)conclui lançando perguntas que remetem à uma nova pesquisa, centrada na história dos espaços fechados numa ótica genealógica; história da escola moderna e seus rituais de tempos e espaços; das disciplinas e do disciplinamento, responsáveis que são por nossa "humanidade" caracteristicamente moderna.

O último artigo desta seção – "Natureza e representação na pedagogia da publicidade" – de Marise Basso Amaral, discute as representação de natureza na publicidade. A exemplo dos textos anteriores, a mídia é significada como novo domínio pedagógico, produtor de representações sobre o mundo. Amaral seleciona uma série de anúncios publicitários e demonstra como as representações de natureza produzidas por eles, publicitários, estão reproduzindo relações de poder e dominação, "perpetuando os binarismos culturais consagrados na modernidade como cultura/natureza" (p. 148) e definindo nossa relação com o mundo vivo.

A autora descreve um processo que se inicia com a captura das imagens da natureza pela cultura, seguindo-se uma transformação para integrar um "sistema simbólico" (p. 169) em que tais imagens deixam de ser referentes da natureza, em favor da própria cultura, responsável por esta transformação.

Amaral encerra seu artigo salientando que os processos de significação produzidos em diferentes instâncias culturais influenciam nossa forma de traduzir o mundo através do estabelecimento de verdades e não-verdades, o imprescindível e o descartável, o natural e o artificial, numa lógica sustentada por binarismos que perpetuam a produção da separação entre cultura e natureza.

A terceira e última parte do livro – "Estudos sobre literatura, brinquedo, biologia e cinema" – conta com quatro textos. Rosa Hessel Silveira assina o primeiro deles: "Contando histórias sobre surdos(as) e surdez" e discorre sobre as representações da surdez na literatura infantil. Para tanto, analisa sete obras do mercado editorial brasileiro, no qual, em algum momento, o tema se faz presente. A autora buscou encontrar aquelas representações que os adultos consideravam mais apropriadas para serem transmitidas às crianças. Estariam presentes representações de surdez como deficiência e como diferença? Tais são as perguntas que a autora se faz, após uma breve contextualização das discussões paradigmáticas contemporâneas sobre a surdez, para afirmar em seguida que as representações de surdez nos livros é bastante heterogênea. Nos livros informativos, os discursos filiam-se ao paradigma clínico, àquela forma de significar a surdez como *deficit* e o surdo como necessitando ser normalizado. Apenas em uma obra informativa, constatou um ligeiro deslocamento da lógica medicalizante para uma lógica que produz o surdo como diferente. Nos livros de caráter ficcional, as representações dos surdos estão atreladas a uma lógica humorística, mas, de qualquer forma, posicionando-os (os surdinhos, por exemplo) como deficientes, a meio caminho entre a normalização e a "compensação de 'talentos', pela qual a 'mãe Natureza' lhe teria dispensado em dobro o que lhe retirou de um lado" (p. 202).

Entretanto, Silveira aponta-nos ruptura em duas obras que indicam o reconhecimento do surdo como o diferente, como um grupo cultural distinto e com a língua de sinais como sua língua "natural". O texto é concluído com o registro que os livros foram escritos por ouvintes e pergunta onde estão as histórias contadas pelos próprios surdos, pois que a auto-representação dos grupos, a consolidação do que estes entendem por suas identidades, passaria "pela apropriação dos vários tipos de produtos culturais com que se constituem e se consomem imagens, normas e 'verdades'" (p. 203).

O segundo texto da última seção é de Maria Isabel Bujes e intitula-se "Criança e brinquedo: feitos um para o outro?" A autora convida-nos a uma discussão sobre o brincar e o brinquedo, entendidos como instrumentos pedagógicos implicados em controle e regulação dos sujeitos no âmbito da família e da escola. Bujes interroga-se acerca das relações entre práticas da educação infantil e a literatura pedagógica, ou, mais especificamente, procura demonstrar em que medida o discurso da Psicologia do Desenvolvimento define as práticas de jogo/brinquedo nas condutas maternas e escolares.

Assumindo o entendimento de Steinberg do jogo/brinquedo como parte de uma "pedagogia cultural" e as práticas discursivas a eles referentes como espaços públicos de luta por imposição de significado, a autora contribui para a desnaturalização de nossas mais caras concepções acerca das práticas pedagógicas fundadas na impor-

tância do jogar/brincar. Assim, Bujes opera um deslocamento da significação tradicionalmente aceita do brincar como algo natural, inerente à condição da infância e ao seu processo de desenvolvimento, para uma noção do brincar como parte da vida social, como estratégia utilizada pelos grupos sociais para representar e fixar identidades.

Ao final do livro, deparamo-nos com uma reflexão de Luís Henrique dos Santos na articulação de conhecimentos biológicos e pesquisa em educação. "A Biologia tem uma história que não é natural" é o sugestivo título do capítulo.

Seguindo uma lógica que privilegia o caráter constituidor da linguagem, – neste caso o autor refere-se à idéia de ciência e de seu ensino –, Santos exercita uma crítica às propostas escolares que afirmam que o "verdadeiro" ensino de ciências seria aquele fundado nas ciências de origem (*hard sciences*). Dessa forma, argumenta que os currículos destas propostas "produzem com suas narrativas tanto a(s) ciência(s) como os sujeitos que as produzem" (p. 231). Assim, ao afastar-se de uma forma sacralizada de pensar o conhecimento biológico como algo natural, como reflexo daquilo que está inscrito na natureza, o autor convida-nos a enxergá-lo como invenção produzida numa arena na qual se confrontam diferentes poderes e interesses políticos e econômicos ao longo da história.

O último texto do livro, "Hollywood e a produção de sentidos sobre o estudante", de Eli Henn Fabris, discute as representações de alunos e alunas produzidas pelo cinema hollywoodiano. A autora toma como objeto de análise cenas de filmes que narram o sujeito estudante. Ao longo de seu texto, Fabris vai descrevendo um complexo processo de produção de significados pelas narrativas fílmicas, argumentando que as produções de Hollywood servem como modelo para famílias e escolas compreenderem os jovens estudantes. Assim, na construção de sua argumentação, traz à tona uma discussão contemporânea que tematiza o estabelecimento da adolescência como fase prolongada nas culturas ocidentais.

Fabris constata regularidade nas representações produzidas pelo cinema hollywoodiano: alunos violentos, membros de gangues e usuários de drogas, mas à espera de um mestre salvador que ilumine seus caminhos e os conduzam à integração social (o professor). Ao eleger tais representações de estudantes e indicar o caminho de sua redenção através do "discurso salvacionista do magistério" (p. 78), a autora aponta que Hollywood contribui para o fortalecimento de processos de inclusão e exclusão, estigmatizando os jovens de classes sociais menos favorecidas.

O livro seduz pelas temáticas e qualidade analítica. Como afirma a organizadora, a educação e seus elementos, os espaços sociais e culturais são territórios se produz, se coloca em circulação e se consolidam significados, são locais de materialização de uma política cultural de identidade. A idéia da mídia e outros artefatos culturais como novos domínios pedagógicos parece estar sintonizada com as novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais destes tempos pós-modernos. Todos nós, em um jogo de múltiplas e permanentes interpelações, somos produzidos perpetuamente na e pela cultura. Representação, discurso, cultura, identidade, subjetividade, pedagogia cultural são alguns dos conceitos/ferramentas principais que os autores e autoras do livro nos convidam a operar ao longo da leitura.

Luís Henrique Sommer
Doutorando em educação, bolsista do CNPq. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. *O planejamento educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

Este livro de Durmeval Trigueiro, editado pela primeira vez pela Michigan State University em 1972, com o título *Toward a theory of educational planning;* the Brazilian case, apresenta as principais idéias do autor sobre as relações entre teoria e prática no processo de planejamento educacional e historia o planejamento educacional no Brasil, da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 até o início dos anos 70.

Portador de sólida experiência na área administrativa da educação, Durmeval Trigueiro foi, ao mesmo tempo, um pensador e um homem de ação. Desde os primeiros anos de suas atividades administrativas (1951-1958), Durmeval Trigueiro dedicou-se simultaneamente ao exercício do magistério e à pesquisa, tendo sido, nessa época e nos anos que se seguiram, não apenas um administrador, mas também um filósofo, um sociólogo, um educador, um pesquisador e, acima de tudo, um dos mais relevantes autores que contribuíram para a construção do pensamento educacional brasileiro. Sua vasta produção intelectual que se estende desde 1956 até 1987, ano de seu falecimento, evidencia a riqueza de seu trabalho na área da educação.

Durante o período que participou do Conselho Federal de Educação, desenvolveu estudos sobre ensino superior, divulgados através de pareceres publicados na *Documenta* e em artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Suas idéias fundamentais estão expostas no livro analisado e também nos textos publicados na *Revista de Cultura Vozes* e em *Fórum Educacional*. Sua contribuição